

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

Kindernothilfe e.V.

A Kindernothilfe (KNH) é uma organização de direitos da criança com valores cristãos. Desde sua fundação em 1959, tem se empenhado em assegurar que crianças e jovens em situação de pobreza e marginalização sejam reconhecidos e se reconheçam como sujeitos de direitos, a fim de desenvolver seu potencial. Até 2020, a Kindernothilfe na Alemanha e suas filiais na Áustria, Suíça e Luxemburgo protegeu, acompanhou e reforçou os direitos de 1,9 milhões de crianças e jovens através de 566 projetos em 33 países da África, Ásia, América Latina e Europa.

A Kindernothilfe implementa atividades de conscientização, educação e defesa apoiando as políticas de desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a realização dos direitos da criança de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Nos últimos dez anos, a Kindernothilfe tem concentrado seu trabalho na promoção da abordagem baseada nos direitos da criança (CBA) para mudar a situação das crianças a longo prazo e assim contribuir para a realização dos seus direitos. No Brasil, a KNH está trabalhando com as organizações parceiras locais há mais de 50 anos.

O Instituto Terre des Hommes Brasil (TdH Brasil)

O Instituto Terre des Hommes Brasil (TdH Brasil) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com mais de 40 anos de atuação na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Sua trajetória inclui ações de prevenção e enfrentamento à violência sexual, convivência familiar e comunitária, trabalho infantil, prevenção às violências, Justiça Restaurativa e protagonismo juvenil. Em Fortaleza, ainda na década de 1980, foi pioneiro no acolhimento de adolescentes vítimas de violência sexual por meio da “Casa das Meninas”, que oferecia proteção e acompanhamento psicossocial, favorecendo a retomada da convivência familiar e comunitária, incorporado como política pública pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Atualmente, TdH Brasil atua na prevenção e enfrentamento às diferentes formas de violência, incluindo a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte; na promoção da Justiça Restaurativa e da cultura de paz; e em iniciativas de saúde e educação ambiental. A organização também fortalece o protagonismo juvenil, promovendo a participação de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação social e ambiental, em articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, comunidades e redes de proteção.

1. Antecedentes e contexto de trabalho:

TdH Brasil apresentou à KNH/BMZ Alemanha a nota conceitual do projeto *“Elos que Protegem – Proteção contra a violência sexual por meio de redes sólidas no Ceará e no Amapá, Brasil”*. Este projeto receberá financiamento da KNH e do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). O projeto será implementado 01/07/2027 a 30/06/2031 (48 meses), abrangendo Fortaleza, no Ceará e o Estado do Amapá, na Amazônia brasileira.

A proposta parte de um cenário persistente de violência sexual. A nota conceitual registra 164.199 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de até 19 anos no Brasil entre 2021 e 2023. Em Fortaleza, a proposta identifica a necessidade de fortalecer protocolos, parâmetros mínimos de atendimento, prevenção e atenção a adolescentes autores. No Amapá, destaca a vulnerabilidade relacionada ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e a necessidade de ampliar conhecimento, articulação e planejamento estadual.

A proposta dá continuidade às aprendizagens do projeto *“Elos de Proteção*, financiado pelo KNH desde 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2026 e articula prevenção, qualificação da rede, advocacy, atenção a adolescentes autores.

2. Breve descrição do projeto

O projeto tem como foco a proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual e busca contribuir para a construção de territórios mais seguros no Ceará e no Amapá. Para isso, articula o fortalecimento

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

das redes de proteção e das estratégias de prevenção e atendimento às vítimas; a estruturação e qualificação da atenção a adolescentes autores de violência sexual; a promoção de práticas restaurativas e métodos autocompositivos para prevenção das violências; e, no Amapá, o fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Uma nota conceitual informando sobre o objetivo do projeto, sub-objetivos e principais atividades está disponível mediante solicitação.

3. Justificativa e objetivo do estudo

Um requisito importante para a BMZ, KNH e a TdH Brasil é a preparação de um estudo de viabilidade que fortalece o conceito do projeto, esclarece os pré-requisitos, oportunidades e riscos da implementação do projeto e fornece diretrizes para a conceitualização do projeto. Através deste estudo, pretende-se verificar até que ponto a abordagem da nota conceitual proposta pode alcançar melhor as mudanças pretendidas nas condições de contexto existentes.

O desenvolvimento do estudo se baseia no fortalecimento do conceito da nota conceitual através da identificação e compreensão de possíveis oportunidades e riscos que possam surgir durante a implementação do projeto. A base deste estudo é um processo de aprendizagem mútua que permite TdH Brasil orientar suas ações para alcançar os resultados do projeto e evitar possíveis situações que possam afetar a realização dos objetivos do projeto no futuro.

As recomendações deste estudo serão incluídas no planejamento do projeto. Sugere-se formular recomendações em torno do seu conceito, sem alterar o objetivo do projeto, nem as recomendações que fortalecem formulação da matriz de efeitos.

Objetivo geral

Avaliar a viabilidade do projeto *“Elos que Protegem – Proteção contra a violência sexual por meio de redes sólidas no Ceará e no Amapá, Brasil”*, por meio de coleta e análise de informações confiáveis e processo participativo, examinando relevância, coerência, eficácia potencial, eficiência, impacto esperado, sustentabilidade, riscos e capacidade institucional de TdH Brasil e das redes parceiras em Fortaleza e no Amapá. O desenvolvimento deste estudo deve ser baseado em um exercício participativo envolvendo grupos-alvo, a equipe da organização parceira, organizações e instituições que farão parte do projeto. Este estudo é uma contribuição para o desenvolvimento da proposta de projeto a ser apresentada ao Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

4. Metodologia e plano de trabalho

O consultor (ou equipe) deverá utilizar, no mínimo, os métodos listados abaixo. Outras abordagens e técnicas metodológicas poderão ser propostas, desde que devidamente justificadas. O consultor terá flexibilidade para selecionar e combinar as metodologias que considerar mais adequadas aos objetivos e ao contexto do estudo.

- Revisão da nota conceitual, projetos anteriores, avaliações e documentos institucionais de TdH Brasil.
- Revisão de legislação, políticas, planos, protocolos, pesquisas e dados oficiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, escuta especializada, adolescentes autores, tráfico de pessoas e proteção integral.
- Avaliações e estudos sobre a situação da população-alvo, com foco na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e no tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.
- Entrevistas e/ou grupos focais com TdH Brasil, gestores, profissionais, organizações parceiras, especialistas e representantes dos grupos-alvo.
- Análise de riscos, pressupostos, capacidades, sustentabilidade e oportunidades de articulação.

É necessário que o consultor (ou equipe) inclua em sua proposta um plano de trabalho detalhado, com datas e atividades específicas, especificando: prazos, ações e formato do relatório de pesquisa resultante.

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

O desenvolvimento do estudo de viabilidade terá uma duração máxima de 2 meses e será realizado em 3 fases principais, incluindo trabalho de escritório, trabalho de campo e a elaboração de um relatório final.

5. Áreas de pesquisa e resultados previstos

5.1 Contexto e análise de problemas

Resultados previstos: Esta seção deve responder pelo menos as seguintes perguntas:

- Quais são as três principais causas, fatores de risco e lacunas de proteção relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes nos territórios do projeto?
- Quais políticas, planos, protocolos, programas, serviços e atores existentes se relacionam com os objetivos do projeto, qual seu grau de implementação e quais são as principais lacunas na articulação da rede de proteção?
- Quais são as principais lacunas na prevenção, identificação, acolhimento, encaminhamento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
- Quais lacunas e oportunidades existem para a atenção a adolescentes autores de violência sexual, considerando responsabilização, mudança de comportamento e prevenção da reincidência?
- No Amapá, quais são as principais lacunas relacionadas à produção e sistematização de dados, articulação da rede e resposta institucional ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual?
- Em que medida as estratégias propostas respondem aos problemas e lacunas identificados, complementam iniciativas existentes e se articulam com as políticas e estratégias de desenvolvimento governamentais?
- Como o projeto se baseará nos resultados, aprendizados e recomendações do Projeto “Elos de Proteção” em andamento, quais abordagens, metodologias e boas práticas serão mantidas, adaptadas ou ampliadas?
- Quais são as principais diferenças entre Fortaleza e o Amapá quanto ao contexto, às vulnerabilidades, às capacidades institucionais e às respostas existentes, e como devem ser consideradas no desenho e na implementação do projeto?

5.2 Grupo alvo e outras partes interessadas

Resultados previstos: Esta seção deve responder pelo menos as seguintes perguntas:

- Como e sob que critérios significativos foram escolhidos os grupos-alvo?
- Quais são as características do grupo-alvo que devem ser levadas em conta na formulação do projeto?
- Que pontos fortes o grupo alvo possui em torno da questão? De que forma esses pontos fortes poderiam ser promovidos?
- Que capacidades o grupo alvo precisa desenvolver para atingir as metas estabelecidas? Como estas capacidades são desenvolvidas?
- Qual é o entendimento do grupo alvo sobre o assunto? Existe um entendimento comum?
- Que motivação o grupo-alvo direto tem para participar do projeto? Onde estão os fatores de risco para o sucesso da participação do grupo-alvo?
- Que estratégias concretas são utilizadas para envolver o grupo-alvo indireto (escolas públicas, órgãos de deliberação e controles)? Como são estabelecidas as parcerias?

5.3 Análise dos portadores de obrigações governamentais

Resultados previstos: Esta seção deve responder pelo menos as seguintes perguntas:

- Quem são os responsáveis governamentais (nome do(s) departamento(s)/posições) pela prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos diferentes níveis administrativos (nacional, estadual e municipal)?
- Quais são os papéis definidos, funções e mandatos particulares dos detentores de obrigações governamentais relevantes?
- Até que ponto os responsáveis governamentais estão preparados e dispostos a assumir a responsabilidade por modelos de prevenção, enfrentamento e interrupção da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a implementação do projeto?

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

- Que conflitos de interesse poderiam surgir entre os portadores de obrigações governamentais envolvidos?
- Os portadores de obrigações governamentais nos diferentes níveis compartilham um entendimento comum das necessidades e dos objetivos planejados do projeto derivados disso? Se não, quais são as diferenças de entendimento?
- Como pode ser reforçado seu potencial como portadores dos direitos da criança, se aplicável?
- Quanta influência positiva e negativa eles poderiam exercer sobre o projeto?

5.4 Uma análise de gênero

- Resultados previstos: Esta seção deve responder pelo menos as seguintes perguntas: Quais são as principais diferenças e desigualdades relacionadas ao gênero na exposição de crianças e adolescentes à violência sexual em Fortaleza, no Ceará, e no Amapá, e quais fatores sociais, culturais e territoriais contribuem para essas diferenças?
- De que forma normas, papéis e estereótipos de gênero, incluindo concepções de masculinidade e feminilidade, influenciam os fatores de risco, as formas de violência sexual e as possibilidades de proteção de crianças e adolescentes nos territórios do projeto?
- Quais grupos de crianças e adolescentes estão particularmente expostos a riscos relacionados ao gênero em Fortaleza e no Amapá e quais fatores interseccionais, como raça/cor, idade, deficiência, condição socioeconômica, território e identidade ou expressão de gênero, podem agravar essas vulnerabilidades?
- No Amapá, de que forma as desigualdades e relações de gênero se relacionam com a vulnerabilidade de crianças e adolescentes ao tráfico para fins de exploração sexual, e quais implicações isso tem para as estratégias de prevenção e enfrentamento?
- Em Fortaleza, de que forma as relações de gênero e as construções de masculinidade influenciam a ocorrência da violência sexual e a atenção a adolescentes autores de violência sexual, inclusive no que se refere à responsabilização, mudança de comportamento e prevenção da reincidência?
- Em que medida os protocolos, fluxos, serviços e estratégias existentes nos dois territórios consideram as necessidades específicas relacionadas ao gênero no atendimento e na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
- Como a perspectiva de gênero deve ser incorporada ao desenho, à implementação, ao monitoramento e à avaliação do projeto, incluindo a definição de indicadores e a coleta e análise de dados desagregados por sexo e, quando pertinente e possível, por outros fatores de desigualdade?
- De que forma as desigualdades, normas e relações de gênero influenciam a participação, a autonomia e a capacidade de crianças e adolescentes de reconhecer situações de violência sexual, buscar ajuda, realizar denúncias e acessar mecanismos de proteção em Fortaleza e no Amapá?

5.5 Avaliação da capacidade da organização

Resultados previstos: Esta seção deve responder pelo menos as seguintes perguntas:

- Qual a capacidade técnica e pessoal que TdH Brasil tem para realizar advocacy na prevenção, enfrentamento e interrupção da violência sexual contra crianças e adolescentes em nível nacional, estadual e local?
- Quais são lacunas relevantes da capacidade técnica da organização implementadora para uma implementação bem-sucedida do projeto e que medidas são necessárias para desenvolver a competência técnica da organização a este respeito?
- Como a interação e a coordenação entre as organizações de implementação e os responsáveis governamentais poderiam ser melhor moldadas?
- Quais organizações da sociedade civil, redes de nível nacional ou estadual ou seus representantes são capazes de apoiar a estratégia de defesa do projeto para provocar a mudança prevista?
- Que oportunidades e organizações da sociedade civil existem para parcerias estratégicas de advocacy de nível superior e como estas poderiam ser alavancadas?
- Quais redes a organização já utiliza? Existem contatos úteis, especialmente com outras ONGs? Onde podem ser criados possíveis efeitos sinérgicos?

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

6. Critérios e níveis de análise

Com base na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), os seguintes critérios e níveis de análise são propostos para este estudo de viabilidade:

- Relevância: Responde a questões sobre se o projeto fará o que é apropriado, se sua abordagem aborda um problema de importância para o desenvolvimento nos países para os quais a intervenção está sendo proposta.
- Coerência: Visa identificar a coerência entre as atividades propostas e a abordagem aos direitos da criança. Ela também questiona outras intervenções similares de outras organizações a fim de aprender com suas experiências e evitar a repetição de ações anteriores.
- Eficácia: Procura responder pela abordagem que melhor pode contribuir para alcançar os objetivos do projeto. Também como contribui para as estratégias e programas dos garantidores e outros atores intervenientes; assim como as medidas e metodologias para alcançar os objetivos e resultados dos quais se espera sugestões para atividades nacionais e binacionais para aumentar a sustentabilidade da ação; avaliando outros atores doadores com os quais podem e devem ser feitas sinergias; e sugerindo a lógica do impacto e como mensurá-lo (monitorar).
- Eficiência: a partir dos objetivos delineados, que tipo de recursos de todos os tipos são necessários para ter um equilíbrio custo-benefício adequado em todos os recursos da intervenção.
- Relevância/impacto global do desenvolvimento: avaliar até que ponto o projeto contribui para os efeitos globais do desenvolvimento em ambos os países. A partir da análise do contexto, avaliar o alcance para cada grupo alvo; e, finalmente, fornecer análises sobre elementos de inclusão como gênero, cultura, etnia, entre outros.
- Sustentabilidade: Estimar até que ponto os efeitos positivos continuarão a existir após o final do projeto. Papéis dos atores envolvidos.

7. Produtos de consultoria

O consultor (ou equipa) deve entregar os seguintes produtos:

- 1) Plano de trabalho e cronograma
- 2) Relatório preliminar (versão eletrônica) com máx. 20 páginas
- 3) Reunião virtual com a KNH e a organização parceira para apresentar e discutir o relatório preliminar
- 4) Relatório final (versão eletrônica e impressa com anexos). Não mais de 30 páginas com o seguinte conteúdo:
 - a) **Resumo executivo** (máximo de 2 a 3 páginas), a ser apresentado em **português e inglês** e, se possível, também em **alemão**.
 - b) **Introdução** e apresentação do objetivo do estudo, os serviços prestados, informações sobre metodologia e participantes do estudo (máx. 2-3 páginas)
 - c) **Resultados** da análise incluindo: os principais dados coletados, sua análise e as respostas às questões levantadas de forma estruturada (máx. 12-15 páginas)
 - d) **Avaliação final** na relação dos critérios do OCDE (Relevância, Efetividade, Eficiência, Significância e Sustentabilidade; máx. 4-6 páginas)
 - e) **Recomendações** final para as estratégias/conceito e medidas do projeto, e alternativas para as estratégias quando aplicável, com referência à proposta de projeto a ser preparada (mín. 5 páginas)

8. Consultor (ou equipe de consultores)

- O consultor ou equipe de consultores deverá possuir formação acadêmica em Ciências Sociais, Ciências Humanas, Direito, Psicologia, Serviço Social, Políticas Públicas ou áreas afins, bem como experiência na realização de estudos de viabilidade. Além disso:
- Experiência comprovada no campo sobre os direitos de crianças e adolescentes com foco especial na prevenção, enfrentamento e interrupção da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro.
- Conhecimento do contexto político e socioeconômico do Brasil, em particular no Ceará, na sua capital, Fortaleza e na Amapá e no advocacy em nível de governo nacional.
- Conhecimento sobre o nível político e implementação de políticas públicas de prevenção e

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

- enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Conhecimento em nível de especialista em planejamento participativo de projetos e abordagens de direitos da criança
- Experiência na realização de estudos de viabilidade similares
- Deve ter pelo menos cinco anos de experiência com os tópicos acima
- Deve ter experiência com abordagens e ferramentas de monitoramento participativo
- Capacidade de se comunicar fluentemente em inglês e de preferência em alemão
- Disponibilidade para coleta de dados presencial entre setembro e outubro.

9. Cronograma

O desenvolvimento do estudo deve começar o mais rápido possível, por favor indicar sua data de início o mais cedo possível com sua inscrição.

Realização do estudo: 01/09 a 31/10/2026

Entrega do relatório preliminar: 15/10/2026

Período para análise, comentários e ajustes: 15 a 27/10/2026

Entrega do relatório final: 31/10/2026

10. Proposta

Mais informações sobre o Instituto Terre des Hommes e a visão geral do projeto podem ser recebidas entrando em contato com renato.pedrosa@tdhbrasil.org.

Quando necessário, o Instituto Terre des Hommes apoiará as pesquisas do consultor e estará disponível para discussões e a avaliação da capacidade.

Os consultores (nacionais) ou agências interessadas em realizar esta tarefa são solicitados a apresentar suas propostas, incluindo as seguintes:

- **Uma proposta técnica:**
 - Carta de Interesse apresentando o entendimento dos TOR com referências sobre atribuições similares já realizadas.
 - CVs atualizados das pessoas-chave envolvidas no estudo e uma amostra de um estudo similar realizado.
- **Uma proposta financeira** detalhada com uma discriminação dos custos para honorários profissionais, viagens, diárias e outros custos relacionados.

O candidato é solicitado a enviar em um arquivo pdf a carta de interesse, CVs, a proposta técnica e financeira e amostra(s) de estudo(s) similar(es) a seguir:

Renato Pedrosa (renato.pedrosa@tdhbrasil.org) e em cópia (CC) a Jamila Becker (jamila.becker@knh.de).

11. Considerações éticas e o uso de inteligência artificial (IA)

O uso da inteligência artificial (IA) nos processos de avaliação está se tornando cada vez mais comum e pode trazer benefícios significativos ao melhorar a qualidade e a eficiência das avaliações. No entanto, é importante reconhecer que o uso da IA também apresenta riscos e desafios inerentes. Embora as tecnologias de IA possam agilizar a análise de dados, identificar padrões e gerar percepções em escala, elas também podem introduzir vies, imprecisão e preocupações éticas no processo de avaliação. Esses riscos não só afetam a integridade e a credibilidade dos resultados da avaliação, mas também têm

Termos de referência

Para a elaboração de um estudo de viabilidade do projeto

Número do projeto 94055

implicações para a privacidade, os direitos e o bem-estar dos grupos-alvo e das partes interessadas envolvidas. Portanto, os consultores que enviarem propostas para essa tarefa de avaliação deverão fornecer uma descrição firme de como planejam usar as ferramentas de IA na avaliação proposta e como abordarão e atenuarão seus riscos inerentes, garantindo assim o uso responsável e ético da IA em todo o processo de avaliação. Em particular, as propostas de avaliação devem fornecer informações detalhadas sobre os seguintes aspectos:

- **Justificativa e finalidade:** os consultores devem articular claramente a justificativa e a finalidade da incorporação da IA na metodologia de avaliação, explicando como ela aumentará a qualidade, o rigor e a eficiência do processo de avaliação.
- **Abordagem metodológica:** Os consultores devem fornecer uma descrição detalhada das técnicas, ferramentas ou modelos específicos de IA que pretendem utilizar na avaliação, inclusive sua relevância para os objetivos da avaliação e as fontes de dados.
- **Coleta e análise de dados:** Os consultores devem delinear as fontes de dados que serão usadas para treinar modelos ou algoritmos de IA, bem como os métodos de coleta, processamento e análise de dados. Isso deve incluir considerações sobre privacidade, confidencialidade e segurança dos dados, bem como medidas para garantir a precisão, a confiabilidade e a validade dos dados.
- **Considerações éticas:** Os consultores devem abordar as considerações éticas associadas ao uso da IA incluindo possíveis vieses, justiça, transparência e responsabilidade. Eles devem descrever como mitigarão os riscos e garantirão a conformidade com as diretrizes e regulamentações éticas relevantes.
- **Supervisão e interpretação humana:** Os consultores devem esclarecer o papel da supervisão e interpretação humana no uso da IA, inclusive como os insights gerados pela IA serão validados, interpretados e integrados a outras fontes de evidência ou conhecimento especializado.
- **Relatórios e documentação:** Os consultores devem especificar como os resultados, conclusões e recomendações derivados da análise orientada por IA serão documentados, relatados e comunicados às partes interessadas de forma clara, compreensível e transparente.

12. Informações complementares

No dia **17.08.2026**, às 15h (horário de Brasília) pelo link: meet.google.com/pyc-ywjc-xeb haverá sessão para esclarecimentos sobre o presente TdR para interessados.

Eventuais dúvidas e/ou informações complementares deverão ser enviadas para tdh@tdhbrasil.org que será respondido em até 24 horas.

Prazo de inscrição: 21 de agosto de 2026